



08 DE JULHO DE 2015

Quinta-feira

- BRASIL CAI DE 6º PARA 7º MAIOR MERCADO AUTOMOTIVO DO MUNDO, REVELA LEVANTAMENTO
- MARCOPOLO ESPERA QUEDA DE 30% DAS SUAS VENDAS NO BRASIL
- MOTORES FLEX PRECISAM DE MAIS EFICIÊNCIA
- INFLAÇÃO ACELERA EM JUNHO E ACUMULA ALTA DE 8,89% EM 12 MESES, MAIOR TAXA DESDE 2003
- GM VAI DEMITIR 400 NA FÁBRICA DE SÃO CAETANO DO SUL
- PARA EVITAR DEMISSÕES, GOVERNO BANCARÁ PARTE DE SALÁRIO DO TRABALHADOR
- EDITORIAL - COMBATE AO DESEMPREGO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
- O ALTO CUSTO DA INEFICIÊNCIA
- PARANÁ PISA NO FREIO E SEGURA PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO
- MINÉRIO DE FERRO DESPENCA 11% NA CHINA E TEM MENOR COTAÇÃO EM 10 ANOS
- MERCADO ACIONÁRIO DA CHINA CONGELA EM MEIO A CORRIDA PARA VENDER AÇÕES
- CRISE E SOBREVIDA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS
- NOVO CENTRO DE USINAGEM VERTICAL DE 5 EIXOS MU-8000V PROPORCIONA VERSATILIDADE E PRECISÃO SUPERIOR
- NOVA 'COSTURA' PODE DESTRAVAR REFORMA DO CÓDIGO MINERAL
- FIAT DARÁ FÉRIAS COLETIVAS A 12 MIL FUNCIONÁRIOS EM BETIM EM JULHO
- MONTADORAS DEVERÃO SER AS GRANDES BENEFICIADAS
- RETOMADA DEPENDE MAIS DE RENTABILIDADE DO QUE CONFIANÇA

- PROGRAMA BENEFICIA MAIS EMPRESAS QUE APOSTAM EM CRISE DE MENOR DURAÇÃO
- GE GANHA ENCOMENDA DE R\$ 141 MILHÕES
- COMERCIALIZAÇÃO DE VEÍCULOS IMPORTADOS REGISTRA QUEDA
- FATURAMENTO COM EXPORTAÇÕES DA VALE TEM QUEDA DE 54,18%
- GRANDE CURITIBA LIDERA A INFLAÇÃO NO PAÍS EM 12 MESES
- MONTADORAS AINDA NÃO COMEÇARAM A NEGOCIAR PPE COM SINDICATO
- GOVERNO ELEGE SETORES PRIORITÁRIOS PARA PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- AUDI COMEMORA SEU MELHOR SEMESTRE NO BRASIL
- BODYCOTE BRASIMET ENCERRA AS ATIVIDADES NO BRASIL
- PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS REGISTRA QUEDA DE 9,5% NO PRIMEIRO SEMESTRE
- TIGRE DEMITE 207 FUNCIONÁRIOS EM QUATRO UNIDADES DA EMPRESA
- PARANÁ – DECRETO Nº 1.817/2015 – IMPORTAÇÕES POR AEROPORTOS E PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CÂMBIO		
EM 08/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,233	3,234
Euro	3,579	3,580

Fonte: BACEN

Brasil cai de 6º para 7º maior mercado automotivo do mundo, revela levantamento

08/07/2015 - Fonte: Época Negócios



Em meio à crise enfrentada pela **indústria automobilística nacional**, o **Brasil foi ultrapassado pela Grã-Bretanha e caiu de sexto para sétimo maior mercado do mundo** em vendas de automóveis e comerciais leves na passagem de abril para maio, mostra levantamento da consultoria Jato Dynamics do Brasil, com base em dados de emplacamentos de 30 países dos cinco continentes.

No acumulado do ano até maio, o País seguiu como 7º colocado no ranking.

Com crescimento de 1,6% ante maio de 2014 nas vendas de carros de passeio, considerado "relativamente baixo" pela Jato Dynamics, a China seguiu como o maior mercado mundial tanto no mês maio quanto no acumulado dos cinco primeiros meses de 2015.

Os Estados Unidos, por sua vez, ficaram em segundo lugar nas duas bases de comparação, com alta de 1,5% em maio ante o mesmo mês do ano passado. Em terceiro colocado, continuou o Japão, mesmo com queda de 7,9% nas vendas.

A Alemanha seguiu como quarto maior mercado, mesmo tendo registrado queda de 6,9% nas vendas de autos e leves em maio, enquanto a Índia permaneceu na quinta colocação, após alta de 2,8% nas vendas.

Com crescimento de 3,8% nos emplacamentos, a Grã-Bretanha ultrapassou o Brasil e subiu de sétimo para sexto maior mercado.

Em maio, o Brasil apresentou a segunda maior queda nas vendas, de 26,2% em bases anuais, atrás apenas da Rússia (-38%).

O levantamento da Jato Dynamics considera apenas as vendas de automóveis e comerciais leves, com exceção da China, em que são levados em conta apenas os carros de passeio.

De acordo com a pesquisa, em 2014, quando a venda veículos leves caiu 6,9% no País, o Brasil se manteve como o quarto maior mercado automotivo mundial, mas, com as previsões de queda nas vendas em torno de 20% em 2015, deverá recuar no ranking.

Marcopolo espera queda de 30% das suas vendas no Brasil

08/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Paulo Corso, diretor comercial da Marcopolo, projeta mais um ano difícil para o segmento de ônibus no Brasil

A retração do cenário econômico brasileiro também abalará o segmento de transporte de passageiros. A **Marcopolo**, encarroçadora de chassis, estima que suas **vendas de ônibus** encolherão cerca de 30% este ano no País, para pouco mais de 10 mil unidades contra a 15,3 mil produzidas em 2014.

“Seguramente, é a pior crise que estamos enfrentando no setor de ônibus nos últimos 30 ou 40 anos”, desabafa Paulo Corso, diretor comercial, durante a apresentação de cinco novos modelos urbanos e rodoviários realizada na terça-feira, 7, em Caxias do Sul (RS) (leia [aqui](#)).

Ainda sem os números oficialmente fechados, o executivo estima que no primeiro semestre, a empresa registra queda de 27% das suas vendas com relação à primeira metade do ano passado, para algo entre 3,8 a 4 mil unidades.

“Acreditamos que esta queda será ainda maior até o fim do ano devido ao resultado do primeiro trimestre ter sido composto em parte por resquícios de contratos ainda firmados no fim de 2014”, aponta.

Segundo os dados da empresa, sua participação no mercado de chassis de ônibus está atualmente em 38% no segmento urbano e 60% no rodoviário.

“Apesar de todo esse cenário, conseguimos cair menos que o mercado geral no ônibus urbano, até ganhando market share, que tradicionalmente é de 32% a 33%, em parte, por causa da menor produção da Caio em São Paulo”, revela.

Para Corso, a crise atual é mais um desafio ao longo de seus mais de 30 anos de trajetória na empresa, que mesmo com redução de jornadas de trabalho em suas três fábricas no Brasil, mantém o cronograma de desenvolvimento e lançamentos.

“Ônibus no Brasil, na América Latina e principalmente em países mais pobres têm largos anos de vendas, uma vez que esses mercados não têm recursos para investir em outros modais mais caros, como transporte sobre trilhos. O ônibus é uma solução mais imediata e viável, por isso acredito que nosso negócio voltará a trazer resultado”.

Em 2014, o lucro líquido da Marcopolo já havia recuado 23% com relação ao ano anterior, quando também houve retração das vendas. “Mesmo com toda essa dificuldade, decidimos lançar produtos que não estavam na nossa carteira.

Pode até não vender agora, 2016 ou 2017, mas é certo que o mercado há de voltar e já estamos nos preparando.

É certo que a demora na volta do mercado vai provocar um certo envelhecimento da frota, mas isso é positivo no longo prazo, porque vai gerar a necessidade de compra no futuro.”

Para o segmento rodoviário, a empresa se anima ao compartilhar o anúncio da Abrati (Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros) que planeja investir cerca de R\$ 800 milhões após sair a regulamentação das novas concessões para linhas intermunicipais.

“Acredito que em 2016, com eleições municipais e com os novos projetos de infraestrutura do governo, nos leva a crer que deverá ser melhor que este ano”, conclui.

EMPREGOS

Com a forte retração na produção devido ao fraco desempenho do mercado, a Marcopolo vem negociando desde março com os sindicatos das regiões onde atua para adequar a jornada de trabalho de suas três fábricas no Brasil.

A unidade de Ana Rech, na sede Caxias do Sul (RS), que ainda opera em dois turnos, tem capacidade para montar 32 ônibus por dia, mas atualmente está com 50% da capacidade, sendo 20 unidades produzidas em quatro dias.

A fábrica do Rio de Janeiro trabalha em um turno e tem capacidade total de 40 unidades por dia. Segundo Corso, a redução das horas trabalhadas correspondem aos atuais 14 ônibus em quatro dias.

Enquanto isso, na unidade Planalto, também em Caxias do Sul, houve redução da jornada em 50%: onde há capacidade para montar de 25 a 30 ônibus, hoje saem da linha de produção entre 11 e 12 unidades.

“Vale lembrar que fizemos um importante investimento, de R\$ 430 milhões, entre 2012 e 2015 focado em aumento da capacidade”, lembra Corso.

Para aliviar os estoques – os pátios da unidade Ana Rech estão lotados de chassis aguardando a montagem da carroceria – a empresa adotou duas medidas distintas: entre março e maio, houve seis dias não trabalhados (e não corridos) e que serão compensados em até 18 meses.

Já entre junho e agosto, as unidades deixarão de operar também seis dias não corridos, mas com desconto de 50% dos salários correspondentes aos dias não trabalhados.

Motores flex precisam de mais eficiência

08/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Depois de ter mais de 25,5 milhões de unidades vendidas no Brasil chegou a hora de o **carro flex** passar por renovação. O objetivo é que os motores bicompostíveis fiquem mais eficientes para que possam romper as barreiras do mercado nacional e atender a demanda de outros países.

Esta é a conclusão dos especialistas que participaram do painel Etanol e Mobilidade: Veículos do Futuro, durante o Ethanol Summit, que aconteceu em São Paulo entre 6 e 7 de julho.

Henry Joseph, vice-presidente da Anfavea, associação dos fabricantes de veículos, destacou que o interesse do consumidor nos carros movidos a etanol e a gasolina existe. Segundo ele, entre 88% e 90% das vendas de novos no Brasil são de modelos com a tecnologia. "Esse patamar tem se mantido estável, o que indica que a penetração do flex no País vai muito bem", analisa.

O executivo acredita que o momento é decisivo para a evolução do propulsor bicombustível, já que há debate crescente sobre a necessidade de aumentar a eficiência energética dos veículos vendidos localmente.

O primeiro impulso para isso vem do programa de etiquetagem veicular do Inmetro, que distingue, por categoria, os modelos com menor consumo de combustível. Joseph lembra que a iniciativa concede ao consumidor mais ferramentas para que ele escolha seu carro novo, sinalizando qual é a opção mais econômica.

O segundo mecanismo de incentivo à melhoria dos motores está nas metas de eficiência energética impostas pelo Inovar-Auto, que podem render desconto no IPI dos carros às montadoras que alcançarem os objetivos ou multas pesadas para aquelas que não atingirem. "As melhorias exigidas são significativas", destaca.

Nesse cenário, as possibilidades para aprimorar o motor flex para atender ao programa ganham destaque. Ricardo Abreu, diretor da Mahle, defende que o combustível é a aposta mais adequada no Brasil.

"De um lado suprimos a crise de oferta de combustíveis fósseis que podemos enfrentar nos próximos anos. De outro temos uma opção mais ecológica, com nível menor de emissões quando considerado todo o ciclo", declara.

Abreu afirma que as emissões de CO2 geradas pelo uso de etanol como combustível são 81% menores do que as de um carro abastecido com gasolina. Esse índice, segundo ele, chega a ser inferior ao de modelos híbridos e pode até ser mais baixo do que o de carros elétricos dependendo de qual for a fonte de energia para o abastecimento do veículo.

"O potencial do etanol como combustível é grande. Precisamos entrar na era global e chegar a algo que seja aproveitável não só no Brasil, mas no resto do mundo também. Esse é o grande desafio", defende.

SOLUÇÕES

O executivo da Mahle afirma que garantir um percentual de etanol anidro ao combustível é a chave para torná-lo altamente eficiente. "Com 30% a 40% de etanol anidro na mistura chegaríamos a um nível ideal para levar benefícios de redução das emissões a diversos países."

Abreu afirma que, ao garantir espaço para os motores que usam a tecnologia brasileira no mercado internacional, a engenharia local ganharia força e as exportações receberiam impulso. Abreu avalia, no entanto, que este horizonte só pode ser alcançado com o esforço conjunto do governo e da iniciativa privada, com políticas de incentivo e o debate intenso para buscar melhorias.

Francisco Nigro, professor do departamento de engenharia mecânica da Poli/USP, destaca

que, além do uso de etanol anidro, os motores flexíveis podem incorporar uma série de tecnologias capazes de impulsionar a eficiência energética.

Ele cita aumento do número de marchas do carro, redução do tamanho do motor, com inclusão de injeção direta de combustível e turbo, além de taxa de compressão variável.

“Tudo isso em conjunto pode render de 10% a 12% de melhoria da eficiência energética”, assegura.

Com isso, o especialista garante que tornar o propulsor flex mais eficiente é tecnicamente possível, cabe às empresas e ao governo fazer com que, no futuro, isso seja também economicamente viável.

Inflação acelera em junho e acumula alta de 8,89% em 12 meses, maior taxa desde 2003

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A inflação oficial, medida pelo IPCA, acelerou e atingiu 8,89% nos 12 meses encerrados em junho, informou o IBGE na manhã desta quarta-feira (8). Trata-se da maior taxa nessa comparação desde dezembro de 2003 (9,3%).

Na comparação de junho com maio, o IPCA foi de 0,79% a maior taxa para meses de junho desde 1996 (1,19%), época em que o país fazia a transição da hiperinflação para taxas mais moderadas.

Os economistas e analistas do mercado financeiro consultados pela agência Bloomberg esperavam uma aceleração da taxa para 0,82% no mês e de 8,94% para o período de 12 meses.

A inflação pelo IPCA foi assim maior do que em junho do ano passado (0,4%) e em maio deste ano (0,74%). No primeiro semestre, a alta acumulada foi de 6,17%, o maior valor desde o semestre encerrado em junho de 2003 (6,64%).

Alimentos e jogos

O ritmo da inflação de junho deste ano foi atípico. As taxas são historicamente baixas no meio do ano, período marcado por redução dos preços de alimentos. O quadro é diferente desta vez.

Os alimentos têm pressionando a inflação por causa do regime de chuvas, que tem afetado produtos como cebola e tomate.

O reajuste de 40% a 100% dos preços dos jogos loteria da Caixa Econômica Federal também pressionam a inflação de forma bastante atípica.

O avanço dos preços neste meio do ano ocorre após um primeiro trimestre de avanço acelerado: 1,24% (janeiro), 1,22% (fevereiro) e 1,32% (março).

O início do ano foi pressionado especialmente pelo reajuste das tarifas de energia elétrica. O preço da gasolina também impulsionou a inflação oficial do começo do ano.

Governo

Os preços seguem assim se afastando do centro da meta de inflação do governo, de 4,5% ao ano, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em junho que espera que a inflação comece a desacelerar no fim deste ano e caminhe para o centro da meta em 2016.

Para isso, o Banco Central (BC) já elevou os juros básicos (Selic) para 13,75% ao ano. É uma forma de encarecer crédito e desestimular o consumo.

O governo também tem contribuído para combater a trajetória de alta dos preços ao reduzir seus próprios gastos, o chamado ajuste fiscal.

No último levantamento de projeções realizado pelo Banco Central, os economistas previam inflação de 9,04% em 2015 e 5,45% em 2016.

GM vai demitir 400 na fábrica de São Caetano do Sul

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A General Motors vai demitir nos próximos dias pelos menos 400 trabalhadores da fábrica de São Caetano do Sul (SP). Boa parte está no grupo de 819 funcionários que estão com contratos suspensos (lay-off) desde novembro.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, disse que a intenção da empresa era demitir todo o grupo, mas a entidade conseguiu negociar a prorrogação do lay-off para metade deles.

A extensão da nova dispensa ainda não tem prazo definido. A fábrica tem outros 900 operários em lay-off com retorno previsto para outubro.

PPE

“O PPE (Programa de Proteção ao Emprego) não socorre esse pessoal, porque eles trabalhavam no terceiro turno, que foi extinto no ano passado”, disse Silva. “Estamos com as mãos atadas.” Segundo ele, na terça-feira (7) mesmo a GM começou a enviar cartas aos funcionários informando das demissões.

Em nota, a direção da GM informou que “no caso específico de necessidade de reestruturação de uma operação industrial para adequar sua organização a uma nova realidade de mercado, (o PPE) não é o melhor caminho neste momento”.

A empresa ressalta, contudo, que o programa tem seu apoio. Um dos defensores do projeto, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, é diretor da GM.

A montadora afirmou ainda que a redução do quadro funcional em São Caetano “atinge número inferior a 5% do total de empregados e foi aprovada em assembleia realizada por ocasião da aprovação do contrato de lay-off”. A empresa também afirmou que, caso as condições do mercado não melhorem no futuro, poderá utilizar o PPE.

A Volkswagen, que tem 2,5 mil trabalhadores em lay-off na fábrica de São Bernardo desde segunda-feira (6) e a Mercedes-Benz, que alega ter 2 mil funcionários excedentes na mesma cidade, informaram que aguardam a completa regulamentação do PPE para tomar decisões e avaliar as alternativas mais adequadas a serem adotadas.

Na semana passada, a Mercedes propôs aos seus 10 mil funcionários a redução da jornada de trabalho em 20% e dos salários em 10%, mas a proposta foi rejeitada.

Contingente

Neste ano, as montadoras demitiram 7,6 mil trabalhadores. Em 12 meses, foram fechadas 14,5 mil vagas. O setor emprega atualmente 136,9 mil pessoas, o menor contingente desde dezembro de 2010, segundo a Anfavea.

A entidade calcula que 36,9 mil trabalhadores – ou 27% do quadro total – estão fora das fábricas em férias coletivas ou folgas. Desse grupo, 7,6 mil estão em lay-off.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, acredita que, se não houver piora do quadro econômico nos próximos meses, o PPE será suficiente para suportar o nível de emprego em geral nos próximos 12 meses. “Não há motivo para demissões”, disse.

Para evitar demissões, governo bancará parte de salário do trabalhador

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo anunciou nesta segunda-feira (6) a criação de um programa que tem por objetivo evitar novas demissões na indústria, uma tentativa de interromper o aumento do nível de desemprego do país e de evitar que a popularidade da presidente Dilma Rousseff continue derretendo.

O Plano de Proteção ao Emprego (PPE), criado por meio de medida provisória, prevê que a jornada de trabalho e os salários sejam reduzidos em até 30% em momentos de crise ou de queda expressiva de produção, como o que ocorre agora nos setores automobilístico e químico.

Para o empregado, no entanto, o salário será cortado em até 15%, porque haverá uma complementação com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PPE tem como base programa adotado na Alemanha. Demorou três anos para sair do forno e envolveu discussões com a indústria e os sindicatos. Como foi criado por MP, entra em vigor hoje, mas, na prática, ainda depende de uma regulamentação – os setores que serão contemplados vão ser escolhidos por um comitê formado por representantes de cinco ministérios em um prazo de até 15 dias.

O custo do programa, no entanto, não foi esclarecido, embora ministros tenham reforçado que é mais barato complementar o salário por meio do FAT do que arcar com custos do seguro-desemprego, em casos de demissões.

"Inteligente"

Para o economista Francisco Pessoa, da LCA Consultores, em princípio, a medida é “inteligente e positiva para flexibilizar a questão trabalhista num momento em que empresas estão em dificuldade”. Segundo ele, o PPE preserva um pouco a massa salarial e empregos, e ajuda a evitar uma queda ainda maior no nível de confiança.

Na hipótese de 50 mil trabalhadores com salário de R\$ 2,5 mil serem atendidos pelo plano, o gasto do governo será de R\$ 112,5 milhões. Esse valor é R\$ 68 milhões menor do que bancar o seguro-desemprego da mesma quantidade de trabalhadores com esse salário.

A redução da jornada e do salário precisa ser aprovada em assembleias com os sindicatos. O limite por trabalhador para a contrapartida do FAT será de R\$ 900,84 (o correspondente a 65% da parcela máxima que o fundo paga de seguro-desemprego). O salário máximo para ser contemplado é de R\$ 6 mil.

Um trabalhador que recebe R\$ 2,5 mil, por exemplo, passaria a ganhar R\$ 2,125 mil, dos quais R\$ 1,75 mil pagos pela empresa e R\$ 375 pelo FAT, fundo responsável pelo pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. O programa será de seis meses, prorrogável por mais seis.

Contrapartida

Como contrapartida, as empresas que aderirem ao PPE não poderão demitir os funcionários que tiveram a jornada reduzida enquanto o plano estiver em vigor. Ao fim do plano, serão proibidos por prazo equivalente a um terço do período de adesão.

“O sentido desse programa é proteger o emprego. Nossa economia passa por uma dificuldade e esse é um programa em que ganham empregados, empresários e governo”, afirmou o ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência.

A empresa recolherá o INSS e o FGTS do salário completado, ou seja, sobre 85% do original. Mesmo assim, segundo o governo, o custo de salários e encargos para as empresas será reduzido em 27%.

Tira dúvidas

Entenda como vai funcionar o Plano de Proteção ao Emprego:

Qual é o plano?

Reduzir a jornada de trabalho em até 30% e o salário em pelo menos 15%. Por exemplo, o trabalhador com jornada de 40 horas semanais e salário de R\$ 1.000 passaria a trabalhar 28 horas semanais, com salário de R\$ 850.

Qual o prazo do programa?

O programa vale a partir desta terça (7), com a publicação da medida provisória. O esquema vale por seis meses, prorrogável por mais seis.

O trabalhador não pode ser demitido nesse intervalo, preserva o saldo do FGTS e permanece com todos os benefícios trabalhistas. O programa terá vigência até o fim de 2016.

A empresa vai pagar um valor maior por hora trabalhada?

Não. A empresa pagará o salário equivalente ao das horas trabalhadas, ou seja, até 70% do salário, se optar pela redução de 30%.

O governo deve complementar até metade da parcela restante, com recursos do FAT. A complementação, porém, será limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego.

Todo trabalhador terá parte do salário complementada igualmente pelo governo?

Não. Quando a metade da parcela restante de salário for maior que os R\$ 900,84, teto da complementação pelo governo, o trabalhador terá uma complementação menor.

O que acontece depois?

No final do período, o vínculo trabalhista será obrigatório por prazo equivalente a um terço do período de adesão. Por exemplo, se o PPE durar um ano, o trabalhador terá estabilidade por mais quatro meses.

Qualquer empresa pode aderir ao plano?

Os setores que poderão aderir ao PPE serão definidos pelo Comitê do Programa de Proteção ao Emprego. O comitê definirá essas regras nos próximos 15 dias.

Projeto tira 42 mil desempregados do limbo jurídico

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana um projeto para permitir que, no mínimo, 42 mil pessoas tenham direito a receber o seguro-desemprego. Esse é o número de trabalhadores que solicitaram o benefício, mas tiveram o pedido negado durante os cinco primeiros meses do ano, quando vigorou a Medida Provisória (MP) 665, que restringiu o acesso aos benefícios trabalhistas.

Até o ano passado, uma pessoa demitida podia pedir o seguro-desemprego pela primeira vez se tivesse, pelo menos, seis meses de trabalho formal antes da demissão. Com a MP, que vigorou de janeiro a meados de junho, o governo ampliou o tempo mínimo de trabalho para 18 meses em um intervalo de dois anos.

O Congresso, porém, tornou a regra mais branda ao diminuir o prazo para 12 meses trabalhados no último um ano e meio. Essa regra entrou em vigor no dia 16 de junho, quando a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei.

O Ministério do Trabalho informou que, pelo menos 42 mil pessoas solicitaram o seguro-desemprego no período em que a MP exigia 18 meses e tiveram o benefício negado.

A quantidade de trabalhadores que foram prejudicados por causa das regras mais duras deve ser maior, porque não incorpora os solicitantes que, ao serem informados de que não teriam direito ao benefício, não preencheram a ficha da solicitação.

Ao sancionar uma lei mais branda do que a MP, a presidente deixou no limbo jurídico milhares de pessoas.

Para resolver a questão, o ministério pediu que o deputado André Figueiredo (PDT-CE) apresentasse um projeto de decreto legislativo que retrocede às regras da Lei 13.134, de mudanças no pagamento do seguro e do abono, ao período em que a MP esteve em vigor.

Editorial - Combate ao desemprego e legislação trabalhista

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Já há muito tempo o setor produtivo vem reivindicando uma reforma trabalhista séria, que tornasse mais flexível a engessada legislação brasileira sobre o setor, em boa parte datada da década de 40 do século passado.

Governo e sindicatos sempre se recusaram terminantemente a tratar do assunto, apegando-se ao discurso da "manutenção de conquistas históricas". Enquanto perdurava a teimosia, a deterioração dos fundamentos macroeconômicos do Brasil já vinha dando sinais de que, em pouco tempo, o emprego seria duramente atingido, e as previsões se confirmaram.

A taxa de desemprego medida pelo IBGE vem subindo desde o início de 2015 e o Caged, do Ministério do Trabalho, registra a perda de 244 mil postos de trabalho neste ano, até o mês de maio.

É neste contexto que se compreende o pacote lançado pelo governo federal na segunda-feira, dia 6, para evitar que a onda de demissões se alastre ainda mais. A medida provisória do Plano de Proteção ao Emprego prevê redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução correspondente também no salário.

No entanto, parte desta perda será bancada pelo governo, que repassará ao funcionário metade do valor cortado do salário, ou R\$ 900 – o que for menor. Uma das contrapartidas

é a exigência de que o funcionário não seja demitido pelo tempo de duração do programa (que pode ser de até 12 meses) e por mais um terço deste tempo de adesão.

Quem conhece o drama humano e social causado pelo desemprego sabe o quanto é importante preservar a população desta chaga.

Ainda restam definições como os setores e empresas que poderão aderir ao programa, e qualquer negociação precisará do aval do sindicato da categoria em questão, mas já é possível elogiar a inteligência do programa, inspirado em experiência semelhante adotada na Alemanha.

Para o governo, o benefício está na economia – é mais barato bancar parte dos salários de funcionários que pagar o seguro-desemprego caso eles fossem demitidos.

Mas seu grande mérito é o de permitir pelo menos alguma margem de negociação entre empresas e trabalhadores, buscando uma solução que seja conveniente para ambos. Só lamentamos que o governo tenha demorado tanto para abandonar a teimosia ideológica e se render à realidade.

Se este programa tivesse sido adotado quando vieram os primeiros sinais dos efeitos da crise sobre o emprego, ele poderia ter preservado o trabalho de muitos brasileiros.

Bem sabemos que não é este programa que resolverá os problemas da combalida economia nacional (problemas estes, como já afirmamos em inúmeras oportunidades, causados pela incompetência governamental), ou que reativará o crescimento do país.

Mas quem conhece o drama humano e social causado pelo desemprego – drama este retratado por grandes obras da literatura e do cinema em vários locais e épocas, como o norte-americano.

As vinhas da ira, o italiano *Ladrões de bicicleta* e o espanhol *Segunda-feira ao sol* – sabe o quanto é importante preservar a população desta chaga social, que desestrutura famílias, retira oportunidades e limita horizontes.

E, se o programa for bem-sucedido, que possa servir como um embrião para a verdadeira reforma trabalhista de que o país tanto necessita, superando a insistência de certos grupos em modelos engessados e que não respeitam a autonomia de empregadores e empregados.

Uma coisa é persistir na mentalidade estatizante e adotar medidas liberalizantes por pura falta de opção; outra é se convencer sinceramente de que o país terá melhores chances de entrar em uma rota de crescimento consistente se retirar travas ao empreendedorismo e fomentar uma relação honesta entre todos os envolvidos nas atividades produtivas.

Que esta seja a oportunidade para o Brasil renovar as relações trabalhistas.

O alto custo da ineficiência

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O seguro-desemprego está previsto no inciso II do artigo 7.º da Constituição Federal, sendo que tal previsão foi regulada por lei em 1990. A aplicação do seguro-desemprego é para os empregados dispensados sem justa causa, pela rescisão indireta do contrato de trabalho e trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

Trata-se de benefício concedido pela União federal e custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, em que o trabalhador recebe de três a cinco parcelas mensais, em valor não inferior ao salário mínimo vigente.

Estudos mostram que o custo do seguro-desemprego tem aumentado nos últimos anos de maneira significativa. O aumento de tal custo leva em conta o reajuste do salário mínimo acima dos índices inflacionários, o aumento da formalização dos contratos de trabalho e a alta rotatividade do mercado formal brasileiro.

Faltam investimentos no sistema público de emprego. As agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine) não são eficientes para recolocar trabalhadores no mercado e se transformaram em meros postos receptores dos pedidos de seguro-desemprego.

Denota-se que os funcionários das agências não estão devidamente preparados para evitar aumento dos gastos com o benefício, o que pode ser feito com uma recolocação mais rápida no mercado de trabalho ou mesmo com o cancelamento do benefício, em caso de recusa de vaga adequada ao perfil do trabalhador ou de curso quando o pedido ocorre pela segunda vez.

Foram tentados novos mecanismos nos últimos anos para tentar reduzir o gasto com o seguro-desemprego por meio da Lei 12.53/2011, que passou a prever a obrigatoriedade de cursos por parte das pessoas que tentam o benefício em questão.

Conforme citado, em que pese o aumento do número de empregados registrados e a redução da taxa de desemprego, houve aumento dos pedidos de seguro-desemprego, eis que o número de contratos formais e a rotatividade aumentaram.

A partir do presente ano verificamos novo aumento da demanda pelo benefício, sendo que tal fato vem ao encontro do aumento das dispensas imotivadas e da diminuição das oportunidades de trabalho. O aumento da taxa de desempregados e a redução dos postos de trabalho são mostrados diariamente pela imprensa.

As agências do Sistema Nacional de Emprego não são eficientes para recolocar trabalhadores no mercado.

Em 16 de junho de 2015, passou a vigorar a Lei 13.134/15, que dispõe sobre as regras de percepção do seguro-desemprego. Este benefício trata-se de valor quitado pela União federal ao trabalhador que foi dispensado sem justa causa.

A maior modificação da lei foi em relação aos primeiros benefícios, ou seja, para o trabalhador que o pleiteia nas primeiras ocasiões em que é dispensado.

Agora, para fazer a primeira solicitação do seguro-desemprego, a pessoa precisa ter recebido 12 salários em um período de 18 meses. Para o trabalhador fazer a segunda solicitação é necessário ter recebido nove salários em 12 meses e, a partir da terceira solicitação, o trabalhador precisa ter recebido salário nos últimos seis meses anteriores à demissão.

Também mudaram as regras para receber as parcelas do seguro-desemprego. O benefício agora é pago entre três e cinco parcelas, de acordo com o tempo de serviço e com a quantidade de vezes que o trabalhador solicita o seguro-desemprego.

Recebe mais parcelas quem ficou no emprego por mais tempo. Por exemplo, quem pede o benefício pela primeira vez vai receber quatro parcelas se trabalhou entre 12 e 23 meses.

Se trabalhou 24 meses ou mais, terá direito a cinco parcelas. Importante frisar que, na primeira ocasião em que o trabalhador desempregado requerer o benefício, ele terá direito a quatro ou cinco parcelas, dependendo do tempo de prestação de serviço anterior ao requerimento.

Para se ter conhecimento do valor de cada parcela, destacamos a fórmula abaixo, sendo que se calcula o valor do salário médio dos últimos três meses anteriores à dispensa e aplica-se a seguinte fórmula: para salários até R\$ 1.222,77, o valor corresponde a 80% (ou seja, multiplica-se por 0,8).

A faixa intermediária vai até salários de R\$ 2.038,15 e a conta se faz da seguinte maneira: o que exceder R\$ 1.222,77 multiplica-se por 0,5 (50%) e soma-se a 978,22.

Para quem recebe mais de R\$ 2.038,15, o valor da parcela será de R\$ 1.385,91 invariavelmente. Como citamos, tais modificações impactam de forma mais expressiva as pessoas que pretendem receber o benefício nas primeiras ocasiões, sendo que deverão ser seguidas as regras citadas.

Em que pese não ser de conhecimento geral, existem formas de seguro-desemprego em outros países, com diferenças entre si.

Em Portugal, existem três modalidades: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial.

Tais modalidades abrangem a pessoa que se encontra desempregada, no caso dos dois primeiros, e até quem voltou ao mercado de trabalho, mas recebe menos que o benefício, sendo complementado o salário.

Em outros países, como Espanha, França e Alemanha, o trabalhador deve estar à disposição dos serviços de emprego, ou seja, estar apto para trabalhar e disposto a aceitar qualquer emprego conveniente que lhe seja proposto, procurando ativamente pôr termo à situação de desemprego.

O tempo do seguro-desemprego é muito maior que o praticado no Brasil, chegando a até 36 meses, como na França em caso de maiores de 50 anos. No Reino Unido há basicamente as mesmas regras, ou seja, a necessidade de preenchimento de requisitos, comparecimento em palestras e até mesmo entrevistas no órgão que comanda o benefício.

As parcelas são pagas semanalmente, podendo chegar a até 182 semanas. Finalmente, nos Estados Unidos existem nada menos que 55 modelos de proteção ao desempregado, quantidade que se deve à autonomia garantida a cada estado. Em 75% dos estados, o empregado não dá qualquer contribuição.

Os recursos vêm de uma contribuição feita pelas empresas a um fundo estadual, uma taxa que vai de zero a 10%, dependendo do grau de rotatividade de mão de obra: quanto maior o rodízio de trabalhadores na empresa, maior a taxa.

Assim, resta claro que existe o benefício em diversos outros países; diferem entre si, mas todos tentam aumentar as chances de reingresso no mercado de trabalho de forma célere, para redução dos custos do governo.

Luiz Otávio Góes é advogado especialista em Direito do Trabalho.

Paraná pisa no freio e segura parcerias com o setor privado

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo do Paraná anunciou que 2014 seria o ano das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Passados 18 meses da promessa, nenhum dos cinco projetos foi viabilizado.

A proposta de ceder quatro rodovias para a realização de obras e administração pela iniciativa privada foi temporariamente abandonada porque as tarifas de pedágio ficariam muito altas.

O único projeto que chegou a ser licitado – o da PR-323, que liga Paiçandu a Francisco Alves, no Noroeste – está empacado na dependência de um empréstimo bilionário que a Odebrecht tenta com o BNDES.

A regra das PPPs estabelece que empresas interessadas em participar da parceria têm direito a fazer um levantamento de viabilidade e um projeto básico de obras, chamado de PMI. Duas empreiteiras se candidataram.

A Triunfo ficou responsável pela PR-445, de Londrina a Tamarana, e pela PR-092, de Jaguariaíva a Cornélio Procópio. Já a Dalba projetou a PR-280, de General Carneiro a Francisco Beltrão.

Contudo, as propostas acabaram engavetadas. Já a ideia de fazer uma PPP na PR-466, entre Guarapuava e Pitanga, nem chegou a ser pesquisada.

A coordenadora de Gestão de Planos de Programas da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística, Rejane Karam, explica que os valores ficaram muito alto. Ou a tarifa a ser paga seria muito cara ou a contrapartida do governo para ajudar nos custos das obras ficaria muito “pesada”.

Rejane comenta que as duas empreiteiras se “basearam muito” no projeto da PR-323, que tem diversas obras de arte – alças de acesso em desnível, 19 viadutos e 22 trincheiras, por exemplo – e terá pedágio de R\$ 4 e contrapartida de 97 milhões.

Mas a PR-393 tem o dobro do fluxo de veículos das demais rodovias que poderiam ser pedagiadas – ou seja, é mais gente para usar e também para pagar a conta. As quatro rodovias são em pista simples e seriam duplicadas.

Rejane conta que os projetos foram refeitos e adaptados, mas ainda continuaram caros. “As tarifas ficaram muito mais altas do que prevíamos”, diz. Assim, a equipe de técnicos do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) teria conseguido convencer a cúpula política do governo de que não era hora de tentar viabilizar os projetos. O momento econômico, repleto de incertezas e preços em alto, não seria propício para concessões de longo prazo.

"Foi uma parada estratégica. É necessário fazer com calma porque é um projeto para 30 anos", afirma. A coordenadora explica que outras alternativas estão sendo buscadas, como empréstimos internacionais e apoio financeiro do governo federal. A Secretaria de Infraestrutura e Logística não descarta também a realização de uma concessão pura, sem contrapartida governamental.

Odebrecht

A licitação para escolher a empresa que faria a duplicação de 207 quilômetros da PR-323 foi realizada há mais de um ano, mas a obra ainda não começou.

Uma série de entraves está atrasando o projeto da construtora Odebrecht (que encabeça o consórcio junto com três empresas).

Primeiro o governo estadual teve dificuldade para conseguir assegurar que pagaria a sua parte da conta.

Agora é a espera por um empréstimo. A prisão da cúpula da Odebrecht, acusada de envolvimento em irregularidades investigadas na Operação Lava Jato, pode atrasar ainda mais o projeto.

Minério de ferro despensa 11% na China e tem menor cotação em 10 anos

08/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China caíram nesta quarta-feira (8) para o menor nível em 10 anos, devido a uma perspectiva negativa para a economia e a uma forte queda nos mercados acionários do país.

As ações na China despencaram com o aviso do órgão regulador de que investidores estão caminhando para um "sentimento de pânico" e com o mercado dando sinais de congelamento, à medida que empresas tentam escapar da forte queda em seu valor de mercado ao suspender a negociação de suas ações.

O minério com entrega imediata no porto chinês de Tianjin caiu pelo décimo dia consecutivo, para US\$ 44,10 por tonelada, recuo diário de 11,3 %, atingindo a menor cotação em 10 anos, segundo o The Steel Index.

O mercado acumula perdas de 33% do pico de US\$ 65,40 registrado em junho.

"Com a crise da dívida grega e com os crescentes temores sobre a perspectiva de crescimento da economia chinesa a dominarem os negócios no curto prazo, nós esperamos que os preços do minério de ferro no mercado à vista permaneçam sob grande pressão no terceiro trimestre", disse o analista Kash Kamal, da Sucden Financial.

Um novo aumento nos estoques de minério nos portos da China e um recuo nos preços do aço elevaram o sentimento baixista no mercado.

Além disso, a entrada de mais produção de baixo custos de mineradoras da Austrália e do Brasil ameaçam derrubar ainda mais os preços, disseram analistas.

A China é o principal mercado da brasileira Vale, maior produtora global de minério de ferro.

Mercado acionário da China congela em meio a corrida para vender ações

08/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



O mercado acionário chinês em queda livre mostrou sinais de congelamento nesta quarta-feira (8), com empresas correndo para escapar do desastre tendo suas ações suspensas e os índices despencando após o regulador alertar sobre um "sentimento de pânico" apoderando-se de investidores.

Pequim, que vem lutando há mais de uma semana para dobrar o mercado, lançou mais uma saraivada de medidas para interromper a venda generalizada, e o banco central disse que aumentará o suporte para corretoras listadas para sustentar as ações.

O índice CSI300 das maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen fechou em queda de 6,8%, enquanto o índice de Xangai caiu 5,9%.

Com quase metade do mercado com negociação suspensa e outra rodada de chamada de margens forçando investidores alavancados a se livrar de quaisquer ações para as quais pudessem achar compradores, as blue chips que foram sustentadas por fundos de estabilização no começo da semana sofreram a maior parte do impacto.

"Nunca vi esse tipo de queda antes. Não acho que alguém tenha visto. A liquidez está totalmente esgotada", disse o analista da Northeast Securities Du Changchun.

"Originalmente, muitos queriam manter as blue chips. Mas com tantas small caps suspensas das negociações, a única maneira de reduzir a exposição de risco é vender as blue chips."

Crise e sobrevida no mundo dos negócios

08/07/2015 - Fonte: CIMM

Hoje, no Brasil, não há setor que esteja passando incólume à crise. Segmentos como o da construção civil, o automobilístico e o sucroalcooleiro sofrem intensamente os efeitos da turbulência econômica nacional.

A queda de receita e de margem reduziu a capacidade de as empresas cumprirem os compromissos financeiros. Na construção civil, estamos vendo estoques enormes e descontos ofertados de até 50% na tentativa de minimizar prejuízos.

A indústria de automóveis, por sua vez, registra forte retração, tanto nas vendas – a pior nos últimos oito anos – quanto nas exportações de veículos, o que tem provocado a dispensa de trabalhadores. Muitas montadoras estão sendo socorridas pela matriz, mas indústrias que formam a cadeia de fornecedores desse setor sofrem tão ou mais com a crise.

Já o segmento sucroalcooleiro vem amargando anos críticos por conta de uma política problemática, cenário que culmina em pedidos de Recuperação Judicial e fechamento de centenas de usinas pelo país.

Setores do comércio e de serviços também estão sendo diretamente afetados pela crise. Segmentos como o vestuário, o de alimentos e o de varejo em geral registram retração. Redes de eletroeletrônicos, por exemplo, calculam queda de 30% nas vendas neste semestre em comparação ao mesmo período do ano passado. Mesma queda foi sentida pelo mercado de livros. Junho foi considerado o pior mês do ano para as editoras.

Para o empresariado brasileiro, o momento pede extrema cautela e o desenvolvimento de uma rigorosa estratégia em nome não mais do crescimento, mas da sobrevivência do negócio. Nesse sentido, o apertar dos cintos e o controle do fluxo de caixa, com mãos de ferro, é, mais do que nunca, essencial.

Imaginando-se um período mínimo em que a insegurança com relação à política do atual governo iniba a realização de investimentos, a implementação da previsão de fluxo de caixa deve ser, de pelo menos, seis meses.

Para isso, é preciso que o empresário conheça detalhadamente seus custos e despesas atuais e provisione ao máximo, diante do risco iminente de esvaziamento do caixa da empresa.

As despesas e custos devem ser revistos por completo, de modo que o empreendedor identifique onde pode cortar, sem que o serviço ou produto entregue ao cliente tenha a qualidade afetada.

Esse cuidado é muito importante, porque de nada adianta cortar gastos que interfiram qualitativamente, o que resulta em insatisfação e perda de clientes, patrimônio valioso e escasso em tempos difíceis.

No rol de redução de despesas, há que se avaliar opções como a venda de ativos (desmobilização), mudança de planta, principalmente em casos onde há ociosidade, o enxugamento do quadro de funcionários e até mesmo o desinvestimento, ou seja, a venda de unidades ou linhas de produto.

A busca de mercado internacional, em alguns segmentos, pode ser uma alternativa frente ao desaquecimento do mercado nacional. Vale ressaltar, entretanto, que a concorrência mundial é enorme e muito difícil, ainda mais por conta da elevada carga tributária praticada no país.

Estudar a hipótese de se contratar um consultor especializado em reestruturação também pode ser uma alternativa. Esse profissional pode auxiliar na elaboração do plano e das projeções financeiras, assim como na intermediação e negociação com credores.

Pode, ainda, auxiliar na obtenção de novas linhas de crédito, já que possui relacionamento e acesso direto às mais diversas instituições financeiras.

Embora o país esteja vivendo um período de crescimento no número de pedidos de Recuperação Judicial nos mais diversos ramos empresariais, este deve ser visto apenas como última alternativa, após o esgotamento de todas as outras ferramentas de controle e de gestão.

Para quem empreende no país, os dias têm sido de grande dificuldade. O sacrifício para manter um negócio, pelo menos, em curto e médio prazo, é enorme. O preço a ser pago é muito alto. Mas, é preciso passar por isso à espera da volta da abundância e dos investimentos internacionais, recolocando o país na tão desejada rota de crescimento.

*O autor é especialista no segmento de reestruturação financeira e fundador da consultoria Estratégias Empresariais.

Novo Centro de Usinagem Vertical de 5 eixos MU-8000V proporciona versatilidade e precisão superior

08/07/2015 - Fonte: CIMM

O novo centro de usinagem vertical MU-8000V da Okuma é excelente para a usinagem 5 eixos em vários lados da peça. Resfriamento standard dos fusos de esferas e o suporte altamente rígido da mesa rotativa que é apoiada em dois pontos permite trabalhos de alta precisão e potência.

O centro de gravidade baixo na movimentação da peça de trabalho dá a essa máquina a capacidade de usinar materiais difíceis e uma ampla variedade de peças.

Essa máquina flexível está disponível com um fuso padrão N° 40 ou 50, fornecendo uma configuração para praticamente qualquer tipo de trabalho de 5 eixos. Um transportador de cavaco interno tipo espiral permite a retirada de cavacos de forma segura e confiável.

A proximidade entre o fuso e o painel de controle e o acesso fácil à peça de trabalho facilitam a operação da máquina.

Uma grande variedade de opções de automação permite produtividade máxima. O projeto exclusivo coloca as trocas de paletes na parte traseira da máquina, permitindo uma conexão fácil a um sistema de manufatura flexível PALLETACE, pool de paletes, trocadores de ferramentas de grande capacidade e robôs para permitir alta produtividade em adição a alta precisão.

O MU-8000V pode ser equipado com a função "Super Nurbs" exclusiva da Okuma, permitindo taxas altas de avanços e acabamentos ultrafinos. A função opcional "Machining Navi" monitora as condições de corte e apresenta a rotação ideal do fuso para eliminar a vibração. O "Auto-tuning" de 5 eixos obtém maior precisão medindo automaticamente e corrigindo desalinhamentos da máquina em minutos.

O "Thermo-Friendly Concept" e o "Collision Avoidance System" são tecnologias inteligentes da OKUMA que garantem que este o centro de usinagem de 5 eixos tenha um desempenho consistente da primeira à última peça, independentemente do tempo de aquecimento ou da temperatura ambiente e que a máquina seja protegida contra colisões que podem causar danos.

Nova 'costura' pode destravar reforma do código mineral

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Em meio ao derretimento das commodities metálicas no mercado internacional, o governo já aceita moderar a proposta enviada originalmente ao Congresso Nacional para mexer nos royalties da mineração, que fazia parte de uma ampla reforma no marco regulatório do setor.

A nova ideia em torno do projeto de lei é criar uma "banda de preços" para definir as alíquotas cobradas na exploração do minério de ferro e colocar o texto em sintonia com o cenário de preços deprimidos.

Em queda livre, o minério voltou ontem a romper a barreira de US\$ 50 por tonelada e arrastou para baixo as ações da Vale. Sem a perspectiva de retomada dos valores acima de US\$ 100 que vigoravam até 2012, o governo sinaliza que não se colocará mais como obstáculo às mudanças planejadas pelo relator do novo código de mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Quando mandou o projeto à Câmara dos Deputados, em junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff fez questão de não fixar em lei as novas alíquotas e deixa-las para um futuro decreto. O governo argumentava que, assim, teria condições de calibrar a cobrança de acordo com a variação de preços no mercado.

E estabeleceu apenas um teto de 4% do faturamento bruto no texto. Esse valor seria adotado, por exemplo, para os royalties do minério de ferro. Atualmente, a cobrança é feita sobre as receitas líquidas.

O setor privado nunca aceitou bem a ideia de deixar as alíquotas em aberto e Quintão incorporou, ainda na legislatura passada, percentuais fixos para cada minério ao projeto de lei.

Diante do impasse, a tramitação do novo código simplesmente parou e a mudança no cenário de preços tirou a possibilidade de avanços. Nas últimas semanas, Quintão diz ter costurado com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, uma alternativa para destravar o projeto. Agora, ele pretende incluir no texto quatro variações de alíquotas.

Quando o minério ficar abaixo de US\$ 60 por tonelada, as empresas pagariam 1% do faturamento bruto com a exploração. A alíquota subiria para 2% quando a tonelada de ferro ficar entre US\$ 60 e US\$ 80, iria para 3% de US\$ 80 a US\$ 100 e atingiria 4% somente quando o preço romper a barreira de US\$ 100 → o que parece totalmente fora do radar.

Conforme explicou ao Valor uma fonte do governo, cabe aos Estados e municípios → a quem se destina, em conjunto, 88% da arrecadação total com os royalties → apoiar ou não essa fórmula.

A União não deverá se opor, segundo essa autoridade, e o relator garante já ter obtido apoio de governadores e prefeitos. No primeiro semestre, a arrecadação com os royalties da mineração foi de R\$ 692 milhões e passa longe da receita de R\$ 1,7 bilhão levantada de janeiro a dezembro do ano passado.

Em 2013, a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais (Cfem) alcançou R\$ 2,3 bilhões e o governo tinha planos de dobrar essa arrecadação com o novo código.

Quintão quer convencer o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a pautar a votação do projeto até agosto, no máximo. Ele ainda não apresentou, porém, seu texto à comissão especial que analisa o tema. Por isso, reservadamente, grandes empresas veem com ceticismo as chances reais de avanços nas próximas semanas.

Um executivo do setor que acompanha a tramitação do projeto aposta em vários pedidos de vista por deputados antes de uma deliberação final. Para as mineradoras, não é hora de falar em aumento das alíquotas.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) aponta perspectivas de investimentos de US\$ 53,6 bilhões entre 2014 e 2018.

No período 2012-2016, a estimativa alcançou US\$ 75 bilhões. Se não se opõe às mudanças anunciadas por Quintão, o governo também não vê motivos para acelerar a votação.

O risco, disse uma autoridade, é que a desmobilização da base aliada precipite novas alterações indesejadas. A postura seria, no fim das contas, de não brigar pelo projeto → a

favor ou contra. Para esse auxiliar, o preço do minério deve ter uma discreta recuperação e chegar à faixa entre US\$ 75 e US\$ 80 em meados de 2016.

Fiat dará férias coletivas a 12 mil funcionários em Betim em julho

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Fiat anunciou que vai dar pela terceira vez no ano férias coletivas aos funcionários em sua fábrica em Betim (MG). Serão atingidos pela medida 12 mil funcionários. A iniciativa, segundo a empresa, tem o objetivo de ajustar a demanda em queda à produção.

Em março e em maio, a montadora já havia colocado 4 mil funcionários ao todo em férias coletivas, mas desta vez o contingente será bem maior: cerca de 12 mil funcionários ficarão em casa por 10 dias a partir de 1º de julho. A companhia tem quase 19 mil funcionários em Betim.

A montadora até agora diz que com esse recurso tenta evitar demissões por conta da contração do mercado. Outras montadoras já optaram por demitir pessoal. Os funcionários da nova fábrica do grupo Fiat, que fica em Goiana (PE), não sairão em férias coletivas.

Montadoras deverão ser as grandes beneficiadas

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

As ações da Vale fecharam o pregão de hoje em alta, depois de tocarem seu pior patamar em sete anos durante o dia. Os papéis ordinários subiram 2,15%, para R\$ 18,03, enquanto os preferenciais de classe A avançaram 1,27%, para R\$ 15,16. A maior causa para a baixa foi, mais uma vez, o minério de ferro, seu principal produto.

No porto de Tianjin, na China, a commodity terminou cotada em US\$ 49,70 por tonelada, menor nível em três meses e 4,4% abaixo do preço registrado ontem. O movimento confirmou a projeção de analistas, que esperavam desvalorização durante o terceiro trimestre e um nível abaixo de US\$ 50 ao menos até o fim do ano.

Durante abril e maio, o minério subiu na esteira de escassez de embarques no mercado chinês. Problemas especialmente de clima e de infraestrutura fizeram com que as exportações brasileiras e australianas desacelerassem, levando a uma queima de estoque nos portos e usinas siderúrgicas da China, o que elevou o preço do produto.

Com a retomada dos volumes da oferta e a demanda ainda enfraquecida, os fatores de pressão sobre o preço da commodity se intensificaram. O Citi, por exemplo, acredita que a cotação vá cair a US\$ 40 na média de 2016, após fechar em US\$ 52 em 2015.

“A ação da Vale cai na esteira do minério. Se olharmos dados macroeconômicos chineses, vemos que não há recuperação em curso”, afirma Victor Penna, analista do BB Investimentos. “O país tem mostrado esse arrefecimento constante, desaceleração, e isso afeta o consumo de aço.”

Além da dinâmica de oferta e demanda, pesou sobre o minério nesta terça-feira a alta do dólar, em meio às incertezas quanto ao futuro da Grécia e seu efeito para o resto da zona do euro.

Quando a moeda americana sobe, as commodities dolarizadas costumam cair, mantidas todas as outras condições. Em termos de representatividade no mercado, a Europa é pequena, atendendo por cerca de 5% da demanda global.

Ainda por cima, contribuindo para a instabilidade tanto no caso da ação da Vale como do minério do ferro, aparece o tropeço no mercado de ações chinês. O principal índice de Xangai, por exemplo, caiu 27% em um mês.

"A bolsa chinesa reflete também essa situação na Europa, as economias movem-se juntas", afirma Penna. "Hoje o mercado está muito mais pessimista, por mais que a situação da Vale não seja tão crítica."

O cenário é ruim para outras gigantes da mineração ao redor do mundo. Na Nyse, os ADRs (recibos de ações) da Rio Tinto perderam 1,05%, para US\$ 39,72. No caso da BHP Billiton, o recuo foi de 1,57%, para US\$ 38,97.

Na BM&FBovespa, Vale ON foi negociada no início da tarde no menor nível desde outubro de 2008 e PNA, no menor deste outubro de 2006, mas terminaram em alta. Mesmo com a valorização, cotações semelhantes só foram vistas no início desde ano, quando o minério despencou para US\$ 50 e abaixo, e antes disso, em 2008.

A virada foi observada pelo mercado em geral. O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, chegou a cair 2% na mínima do dia, mas terminou no azul, com avanço de 0,37%, para 52.344 pontos.

Retomada depende mais de rentabilidade do que confiança

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Embora a falta de confiança do empresário esteja no centro das discussões sobre a retomada do crescimento econômico, a forte queda dos investimentos verificada a partir do segundo semestre de 2010 não pode ser entendida – muito menos revertida – sem que se coloque nessa conta o expressivo recuo da rentabilidade das empresas.

Essa foi a variável que mais interferiu na decisão de investir das empresas ao longo dos últimos anos e isso só não aparece na argumentação central de especialistas porque não é um dado corrente, segundo sugere estudo de Carlos Antonio Rocca, diretor do Centro de Estudos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Cemec).

Rocca indica que desde 2010 teve início um processo de forte queda da rentabilidade das empresas. No mesmo ano, a formação bruta de capital fixo (medida do que é investido na economia) atinge seu pico mais recente e começa um processo expressivo de desaceleração.

A diferença entre as taxas de retorno do capital investido e o custo do capital (retorno exigido para investir), que era inferior a um ponto percentual em 2010, chegou a nove pontos em 2014, quando a taxa média de retorno das companhias analisadas foi de 6,7%, enquanto o custo do capital chegou a 15,9%.

"Isso significa que tenho que tirar um pedaço da remuneração do capital para pagar juros, por exemplo, condição fundamental para a tomada de decisão de investir", explica Rocca.

O autor investigou uma amostra consolidada de balanços das companhias abertas não financeiras e mais as maiores fechadas não financeiras, em um total de mais de 700 empresas analisadas entre 2005 e 2014.

O grupo de companhias registrou ainda queda forte do lucro líquido no período, cuja variação em percentual do Produto Interno Bruto (PIB) recuou de 5,36% do PIB em 2010 para 1,40% do PIB no ano passado.

Houve também queda de lucros retidos → a chamada "poupança das empresas" ou a principal fonte de financiamento dos investimentos de longo dessas empresas. Simultaneamente, as empresas aumentaram o endividamento no período, o que indica que optaram por distribuir um maior volume de dividendos no lugar de investir.

"A partir de 2012 ficou mais rentável aplicar em títulos públicos do que na firma. Isso talvez seja uma pista para entender porque as empresas mantiveram a distribuição de dividendos", diz Rocca.

O estudo aponta ainda que a queda da rentabilidade das empresas não pode ser explicada pela alta do custo da dívida (juros maiores), mas sim pela redução de margens. Ou seja, o custo de produção das companhias aumentou mais do que o preço de venda dos produtos.

O fenômeno aconteceu de maneira diversa em dois grupos de empresas: um primeiro grupo afetado especialmente por políticas públicas e preços controlados pelo poder público, como Petrobras, Eletrobras e outras empresas correlacionadas; e outro grupo formado basicamente por empresas da indústria de transformação.

No total da amostra, os investimentos caíram de 8,6% do PIB em 2010 para 4,4% em 2014. As quarenta empresas afetadas por políticas públicas responderam por quase metade dessa queda. Já o investimento das 664 "não afetadas" recuou de 4,7% do PIB para 2,8% do PIB, respondendo por 45% da queda total. Outras empresas responderam pelo restante.

A indústria foi especialmente atingida por uma combinação entre crescimento acentuado dos salários reais acima da produtividade a partir de 2010. Houve ainda um processo de valorização cambial e queda dos preços dos produtos importados que deixou menos espaço para elevar o preço do produto nacional. "Todos os setores da indústria atingidos tiveram queda do lucro invariavelmente".

Diante da queda da rentabilidade das companhias no período, o estudo busca dimensionar a importância disso sobre a trajetória dos investimentos. A conclusão é que o recuo da rentabilidade foi a variável que mais interferiu na decisão de investir das empresas ao longo dos últimos anos.

Dentre três variáveis explicativas consideradas pelo estudo, a queda da taxa de retorno real sobre o capital investido conseguiu explicar 58% do recuo dos investimentos no período. Expectativas sobre o crescimento do PIB (baseadas nas projeções do boletim Focus) justificaram 47% dessa queda, enquanto a confiança dos empresários (cuja base é o índice do empresário industrial da CNI), conseguiu explicar só 36% da queda.

Ao confrontar as variáveis, Rocca mostra ainda que o modelo que combina rentabilidade e deterioração das expectativas para o PIB explicaria 72% da variação do investimento no período. Já a taxa de explicação do índice de confiança junto com a redução da rentabilidade seria menor (62%).

Para Rocca, é preciso ressaltar que o número de observações é pequeno e o modelo, simples. Além disso, há outras variáveis também importantes na decisão de investir. "O máximo que posso dizer é que o ensaio sugere que vai ser difícil retomar o investimento se não houver recuperação prévia da rentabilidade, que têm peso muito forte na equação".

Para Rocca, contudo, já é possível dizer que esse processo já começou, seja por conta da correção de preços nos setores afetados por políticas públicas, seja porque a correção cambial eleva a competitividade da indústria.

Ao comentar o estudo, André Nassif, professor de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), avalia que o grau de confiança sempre afeta direta ou indiretamente o retorno real. Segundo ele, taxas de juros mais baixas podem ser condição necessária, mas não suficiente para destravar investimentos.

"A melhora da confiança é a condição suficiente. Essa é a grande lição de Keynes para explicar o comportamento do investimento". Por outro lado, diz, faz todo o sentido mostrar que a causa da redução do retorno real foi a alta do custo, em especial da mão de obra, e não de taxas de juros, que, na média, caíram, sobretudo no período de redução da Selic e de juros subsidiados do BNDES.

Para Antonio Correa de Lacerda, sócio-diretor da consultoria Macro Sector, a análise é pertinente. Ele avalia, porém, que embora o câmbio tenha melhorado, como o juro foi ainda mais elevado, o quadro permanece desfavorável à produção e investimentos que, se não inviabiliza, dificulta a retomada.

Programa beneficia mais empresas que apostam em crise de menor duração

08/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O Programa de Proteção ao Emprego, que prevê a redução de salários em até 30%, combinada com redução equivalente da jornada, é opção vantajosa principalmente para os empresários que acreditam em uma melhora de cenário no horizonte pelo qual usariam o benefício, seja ele de seis ou doze meses, conforme prevê o texto da Medida Provisória 680. Sem considerar detalhes que cada empresa terá que avaliar sozinha, o Valor fez simulações simplificadas para testar o efeito do programa.

Para uma empresa que tem um gasto médio mensal de R\$ 1 milhão de folha de pagamento (incluindo encargos), um corte linear de 30% na força de trabalho levaria a uma redução de 24% nos gastos com pessoal em um horizonte de 24 meses, considerando uma estimativa de que os custos de rescisão fiquem em cinco salários por pessoa (um mês e meio de folha, ou R\$ 1,5 milhão), sendo um salário de aviso prévio, outro de férias e três pela multa do FGTS. Em vez de gastar R\$ 24 milhões em dois anos, ela desembolsaria R\$ 18,3 milhões → e diminuiria ao mesmo tempo sua capacidade de produção em 30%.

Já se essa empresa tiver que recontratar, 13 meses depois, metade dos funcionários demitidos, por conta de uma recuperação do nível de atividade, sua economia total nos 24 meses cai para 15% → em vez de gastar R\$ 24 milhões, a despesa fica em R\$ 20,4 milhões.

Nessa conta, além dos salários adicionais entre o 13º e 24º mês, foi considerado ainda um custo de dois salários para recontração e treinamento de cada funcionário.

Em situação igual, com economia total de 15% e gasto de R\$ 20,4 milhões, estará a empresa que aderir ao programa do governo e mantiver intacto seu quadro de funcionários quando os primeiros 12 meses de ajuste passarem. Mas com a vantagem de não ter que passar pelo desgaste de um processo de demissão, nem pela recontração e treinamento de novos funcionários.

Já se a economia não se recuperar, e depois de usar o novo programa do governo a empresa tiver mesmo que demitir → o que nesse exemplo só poderia ocorrer a partir do 17º mês (a MP prevê esse limite), ela vai gastar menos ainda. Seriam R\$ 20,25 milhões no caso de redução de 15% da folha no décimo sétimo mês, ou R\$ 20,1 milhões no caso de corte da folha em 30% na mesma data →incluindo o gasto com rescisão. Nos dois

casos, a diminuição de gastos total, em comparação com os R\$ 24 milhões do cenário sem cortes, ficaria próxima de 16%.

O pior cenário, que projeta redução de apenas 6% dos gastos em 12 meses, é o do empresário que demitir 30% dos funcionários agora → sem usar o programa → e tiver que recontratar todos eles daqui um ano, se a economia se recuperar com vigor.

GE ganha encomenda de R\$ 141 milhões

08/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A GE Transportation, braço da multinacional General Electric (GE), acaba de receber uma encomenda de R\$ 141 milhões das concessionárias VLI Multimodal S/A e Rumo Logística Operacional Multimodal S/A. Ao todo serão fabricadas 19 locomotivas do modelo GEAC44i na unidade de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O pedido inclui 12 unidades para a VLI e sete para a Rumo. Metade do valor dos contratos será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com informações da instituição de fomento, a operação ocorre no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), e os recursos serão repassados pelo agente financeiro Banco Alfa Investimento S/A.

O programa estimula a indústria nacional de máquinas e equipamentos do setor de logística ferroviária, que de 2007 a 2014 financiou com cerca de R\$ 3,4 bilhões a produção de 485 locomotivas no País.

Neste período, o banco aprovou 24 projetos de investimento em ferrovias, no valor total de R\$ 17,3 bilhões. Procurada pela reportagem, a GE Transportation não respondeu até o fechamento desta edição.

Encomendas como estas tem feito com que a empresa mantenha o otimismo em relação ao desempenho em 2015. Tanto que, a GE Transportation projeta encerrar o ano com crescimento de 65% sobre 2014 na produção de locomotivas na planta de Contagem.

Conforme já publicado, sete unidades do novo modelo de bitola métrica, denominado Evolution ES43BBi, foram vendidas para a Klabin e devem ser entregues no início de 2016.

As máquinas começam a ser fabricadas na plataforma mineira nos próximos meses, com um índice de nacionalização de 40%. A empresa projeta chegar até o final de 2017 com mais de 60% dos itens e componentes da fabricação nacionalizados. Por outro lado, as encomendas para o governo estão paradas.

Serviços

Mesmo diante do crescimento esperado para a produção de locomotivas neste ano (65%), a planta de Contagem não atingirá sua capacidade máxima de produção de máquinas. No entanto, considerando também os serviços de manutenção e reposição de peças, a plataforma já está operando a plena carga.

Investimentos realizados nos últimos três anos para montar uma plataforma industrial com flexibilidade entre as operações de produção de locomotivas, manutenção das máquinas e de peças, o que dá uma margem de manobra operacional para aproveitar toda a capacidade da planta.

Outra estratégia adotada pela fabricante de locomotivas é a de focar em serviços. A ideia, a exemplo do contrato fechado há cerca de um ano com a América Latina Logística (ALL),

é implantar um modelo onde a GE faz a manutenção das locomotivas nas instalações do cliente, diminuindo custos e o tempo que o ativo fica parado.

Comercialização de veículos importados registra queda

08/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A venda de veículos importados no Brasil caiu 29,3% no primeiro semestre em relação a igual período do ano passado, mostra balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa).

De janeiro a junho, foram emplacados 32.877 automóveis e comerciais leves importados. Desse total, 5.104 foram licenciados em junho, alta de 5,7% ante maio e queda de 19,1% na comparação com o mesmo mês de 2014.

Considerando os modelos de associadas da Abeifa que começaram a ser produzidos no Brasil recentemente - como o Renegade, da Jeep; o Celer, da Chery; e o X1, da BMW -, o número de emplacamentos total da entidade no primeiro semestre foi de 44.683 unidades, o correspondente a queda de 6,1% ante o mesmo período de 2014. Apenas em junho, foram vendidos 9.362 veículos, quantidade 11,2% maior do que em maio e 44,4% superior ao total licenciado no sexto mês do ano passado.

Com os resultados, a participação dos importados na venda total de veículos no País caiu para 15,47% no primeiro semestre, ante 15,62% registrados nos seis primeiros meses de 2014. Apenas em junho, a participação foi de 15,7%, maior do que os 15,09% de maio e do que os 13,59% em junho do ano passado.

Se considerados os modelos das associadas produzidos no Brasil, a participação da Abeifa no mercado nacional em 2015 até junho foi de 3,52%, maior do que a de 3,01% em igual período de 2014.

"Importante destacar que estamos falando de 28 marcas que juntas venderam no semestre menos de 45 mil unidades, o que representa 3,5% de participação no mercado total de vendas de veículos e de comerciais leves. Esse resultado preocupa o setor e as empresas que têm feito investimentos significativos tanto para importar quanto para instalar suas fábricas e produzir no mercado local", avaliou, em nota, o presidente da Abeifa, Marcel Visconde.

Faturamento com exportações da Vale tem queda de 54,18%

08/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A queda nos preços internacionais de algumas das principais *commodities* produzidas no Estado, principalmente o minério de ferro, vem derrubando a receita das maiores empresas exportadoras.

A Vale, por exemplo, registrou queda de 54,18% no faturamento com os embarques a partir de Minas no primeiro semestre, ante igual intervalo de 2014.

A mineradora, que é a principal exportadora do Estado, contabilizou receita de US\$ 2,452 bilhões entre janeiro e junho, contra US\$ 5,352 bilhões nos primeiros seis meses do ano passado. As informações são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Com o faturamento menor, a Vale perdeu 13,39 pontos percentuais em sua participação nas exportações mineiras. A mineradora, que respondia por 35,67% das vendas externas

no primeiro semestre do ano passado, foi responsável por 22,28% na primeira metade de 2015.

Com operações de minério de ferro em Congonhas (Campo das Vertentes), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) registrou queda de 49,7% no faturamento com as exportações.

O resultado passou de US\$ 776,430 milhões para US\$ 390,026 milhões no primeiro semestre.

A receita da Samarco Mineração, *joint venture* entre a Vale e a BHP Billiton, com jazidas em Mariana (região Central), recuou 11,77% no primeiro semestre na comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

As vendas externas movimentaram US\$ 1,267 bilhão, ante US\$ 1,436 bilhão em 2014. As exportações da mineradora são contabilizadas no Espírito Santo, uma vez que as pelotizadoras da empresa estão no Estado vizinho.

A queda no faturamento com as exportações das principais mineradoras instaladas no Estado é resultado do forte recuo nos preços internacionais do minério de ferro, provocado pela sobreoferta no mercado transoceânico e da perda de ritmo da demanda da China.

Ontem, o insumo siderúrgico estava cotado a US\$ 49,60 a tonelada. O valor é 63% inferior ao registrado no início do ano passado, quando a mesma quantidade era negociada por US\$ 135.

Além do minério de ferro, outros segmentos da indústria extrativa registram queda nas exportações. Os embarques da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) recuaram 4,4% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2014.

As vendas externas do ferronióbio produzido em Araxá, no Alto Paranaíba, movimentaram US\$ 819,125 milhões, contra US\$ 856,852 milhões no exercício passado.

As exportações de ouro da canadense Kinross, instalada em Paracatu (Noroeste), recuaram 7,9%. O resultado passou de US\$ 310,975 milhões para US\$ 286,1 milhões, conforme informações do Mdic.

Cooxupé - Por outro lado, a melhora nos preços internacionais do café está impulsionando a receita da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), no Sul de Minas.

O resultado cresceu 84,7% na primeira metade deste ano, ante igual intervalo do exercício passado. O faturamento somou US\$ 403,125 milhões, contra US\$ 218,257 milhões em 2014.

Além de registrar queda significativa nas vendas internas, as exportações da Fiat, com planta em Betim (RMBH), recuaram 22,5% entre janeiro e junho na comparação com igual período de 2014.

Os embarques da companhia movimentaram US\$ 399,552 milhões, contra US\$ 515,7 milhões no ano passado.

Grande Curitiba lidera a inflação no país em 12 meses

08/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A inflação oficial da Grande Curitiba, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou 0,91% em junho, acumulando alta de 7,37% no ano e de 10,20% nos últimos 12 meses – a maior inflação do país nesta base de comparação entre as 13 capitais pesquisadas pelo IBGE.

Em todos os cenários, IPCA de Curitiba e Região Metropolitana superou o índice nacional, que avançou 0,79% em junho e 8,89% nos últimos 12 meses.

A alta do mês de junho, em Curitiba, foi puxada principalmente pelo preço de alimentos e bebidas (0,47%), com destaque para o reajuste de verduras, legumes e frutas cuja produção sofre o efeito das chuvas. Nesse grupo, um dos itens mais afetados foi a cebola, com alta de 18,05% em junho.

Água, esgoto e energia

Também houve pressão do grupo de Habitação (1,58%), cujo índice foi influenciado pelo reajuste dos preços do aluguel (0,88%), condomínio (1,56%) e taxa de água e esgoto (4,93%), que sofreu o impacto da segunda parcela do reajuste da tarifa da Sanepar, de 6%, aplicada no dia 1º de junho.

Em fevereiro, a companhia de Saneamento recebeu autorização para reajustar em 12,5% a sua tarifa. O aumento foi dividido em duas etapas: uma em março, de 6,5%, e a outra em junho, quando foram repassados os 6% restantes.

O grupo ainda absorveu parte do reajuste da tarifa de energia aplicado no final do mês, no dia 24 de junho. A alta registrada no mês foi de 2,49%. A conta, reajustada, em média, em 15,32%, deve contribuir para inflar o índice de julho.

Montadoras ainda não começaram a negociar PPE com sindicato

08/07/2015 - Fonte: Exame



As montadoras do ABC, na grande São Paulo, ainda não começaram a negociar a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), mas o sindicato que representa a categoria acredita que a Volkswagen e a Mercedes-Benz devem assinar o acordo com o governo. Isso, porém, ainda deve demorar um pouco.

"A Mercedes tem tudo para fechar (o PPE) porque ela alega excesso de pessoas e já manifestou o desejo de evitar demissões", diz Rafael Marques, presidente do sindicato da região.

As negociações entre a empresa e órgão, entretanto, estão interrompidas porque os funcionários rejeitaram recentemente uma proposta de redução da jornada de trabalho em 20% e dos salários em 10%. "Mas o PPE é uma novidade que pode criar condições de reabrir as conversas", acredita Marques.

Já a Volkswagen, segundo o sindicalista, decidiu em assembleia, em fevereiro deste ano, que abraçaria o programa de proteção ao emprego, caso ele fosse realmente criado.

Porém, 2.400 funcionários da companhia entraram em lay-off (suspensão de contratos) na segunda-feira (6) e esse sistema tem uma duração mínima de dois meses.

"Só depois disso é que eles (a Volkswagen) devem fazer contato", explica Marques. A indústria automobilística tem sido uma das mais afetadas pela crise.

O programa

O PPE, criado pelo governo federal a partir de uma Medida Provisória (MP) assinada na segunda-feira (6), vai permitir a redução temporária da jornada de trabalho e da remuneração em até 30%.

Metade da perda salarial, entretanto, será coberta pela União por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As empresas têm até o fim deste ano para aderirem ao programa, válido até 31 de dezembro de 2016.

O PPE pode ser assinado por seis meses, prorrogáveis por mais seis. Durante sua vigência (e pelo menos nos dois meses seguintes), as companhias ficam proibidas de fazer demissões.

A ideia do governo é evitar os desligamentos e, conseqüentemente, os gastos com seguro-desemprego.

Governo elege setores prioritários para Programa de Proteção ao Emprego

08/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo elegeu alguns setores que serão prioritários para a sua nova política anti-demissões, que incluiu corte de jornada e de salários de funcionários de empresas que comprovarem dificuldade financeira relacionada à crise econômica.

Os primeiros setores que o governo estuda incluir no chamado PPE (Programa de Proteção ao Emprego) são: sucroalcooleiro, metalúrgico, automotivo, de componentes eletrônicos e de produção de carne.

A lista será mais ampla e deverá ser formulada dentro de duas semanas.

Esses são os segmentos que mais têm recorrido ao lay-off, em que contratos de trabalho são suspensos temporariamente, poupando a empresa do pagamento de salários e encargos.

O trabalhador recebe do governo o equivalente ao seguro-desemprego e é matriculado em um curso de qualificação.

O número de trabalhadores em lay-off saltou para 16 mil em 2014, ante 8,4 mil trabalhadores com contrato suspenso em 2013. Neste ano, até abril, segundo dados do Ministério do Trabalho, já foram 7,7 mil adesões ao regime.

O governo pensou o PPE como uma alternativa ao lay-off. No argumento de ministros e técnicos, o programa poderá ser mais vantajoso para algumas empresas, pois o governo









bancará parte das perdas salariais e os trabalhadores não serão totalmente afastados, não havendo interrupção de produção.

COMITÊ

Em duas semanas, o governo colocará de pé um comitê para definir os critérios de adesão ao programa e a lista dos setores atendidos.

Esse comitê deverá ser formado pelos ministros do Trabalho, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento e Secretaria-Geral da Presidência.

PPE X LAY-OFF
Entenda os instrumentos para preservar o trabalho

	PPE Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo para evitar demissões em empresas que estão sofrendo com a crise econômica. As empresas podem reduzir jornada de trabalho, e empregados têm parte da renda complementada pelo governo	LAY-OFF Suspensão temporária do contrato de trabalho. Originalmente existia para permitir que trabalhadores se afastassem para cursos de aprimoramento. Um projeto de lei passou a permitir que empresas adotassem lay-off quando comprovadamente não pudessem manter o nível da produção
 Salário do trabalhador	A empresa pagará salário correspondente à jornada reduzida, e o governo complementarará metade do que faltar, até o teto de R\$ 900,94. Por exemplo, numa redução da jornada de 30%, o governo complementa até 15%	O trabalhador recebe benefício equivalente ao seguro-desemprego do FÁT, limitado a R\$ 1.385,91. A empresa pode complementar o valor com uma ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial
 Jornada de trabalho	Reduzida em até 30%	O empregado fica em casa
 Férias e 130	Não está definido se os benefícios também terão complemento do governo	Trabalhador não recebe os benefícios. O período de afastamento conta para as próximas férias
 Duração do instrumento	Por até seis meses, prorrogáveis por mais seis	De 2 a 5 meses, prorrogáveis. Na prorrogação, a empresa paga os R\$ 1.385,91 antes bancados pelo governo
 Encargos trabalhistas pagos pela empresa (FGTS e INSS)	A contribuição será sobre o valor pago pela empresa mais a parcela complementar pelo governo, ou seja, o salário efetivamente recebido pelo trabalhador	Não há pagamento de encargos
 Encargos trabalhistas pagos pelo trabalhador	O trabalhador contribuirá sobre o salário que recebe	Não há pagamento de encargos. O trabalhador continua, no entanto, amparado pelo INSS
 Estabilidade no emprego	Trabalhador não pode ser demitido durante o programa e terá estabilidade por mais um terço do período de adesão da empresa ao PPE	Se o trabalhador for demitido durante o lay-off ou nos três meses após o retorno ao trabalho, receberá multa de no mínimo um mês do salário que recebia antes da suspensão
 Governo	O governo arrecada menos do que se o trabalhador estivesse cumprindo jornada regular, mas evita desembolsos com seguro-desemprego	O governo não arrecada e ainda precisa arcar com pagamento de R\$ 1.385,91 ao trabalhador com contrato suspenso

Audi comemora seu melhor semestre no Brasil

08/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Audi Q3 tornou-se o carro premium mais vendido no Brasil durante o primeiro semestre de 2015.

A **Audi** conseguiu no último semestre superar seu próprio **recorde de vendas no Brasil** registrado no ano passado. De janeiro a junho foram vendidos 7.796 carros da marca no País, o que representou crescimento de expressivos 27% em relação ao mesmo período de 2014.

Com o resultado, a Audi mantém a liderança conquistada em 2015 do segmento de veículos premium no mercado brasileiro, saltando à frente das rivais também alemãs BMW e Mercedes-Benz. Os Audi mais procurados são o Q3 2.0 e o A3 Sedan 1.4, que

ficaram na lista dos três modelos premium mais comprados nos primeiros seis meses do ano, na primeira e terceira colocações, respectivamente.

“O crescimento da Audi no primeiro semestre é bastante acima da média do próprio segmento de luxo. Estamos trazendo clientes de outras marcas para o setor premium e, com isso, impulsionando o desenvolvimento do próprio setor.

Isso se deve à nossa estratégia acertada de lançar versões de entrada nas nossas linhas de produto, oferecer preços competitivos, investir em nosso pós-vendas e inaugurar novos pontos de venda em todo o País”, destacou em nota Jörg Hofmann, presidente da Audi do Brasil.

O executivo também credita os resultados positivos ao potencial de crescimento do segmento premium no País, que cresceu 16% no primeiro semestre, mas representa hoje menos de 2% do mercado total, porcentual ainda baixo se comparado à Europa, onde esse mercado equivale a 20%.

“Acreditamos que este segmento irá triplicar até 2020 por aqui, por isso traçamos uma estratégia de longo prazo que vem se mostrando efetiva. Apesar do momento desafiador da economia, especialmente do setor automotivo, seguiremos com os planos de investimentos e em poucos meses estaremos fabricando em território nacional o primeiro carro da Audi com motorização flex no mundo”, acrescentou Hofmann.

O A3 Sedan começa a ser montado a partir de setembro em São José dos Pinhais (PR), em linha compartilhada com a Volkswagen.

Além do investimento de quase R\$ 500 milhões na linha de produção paranaense, a Audi aporta atualmente R\$ 12 milhões em dois anos para aprimorar seu pós-vendas no Brasil, com a recente inauguração do Centro de Treinamento e Competência e a expansão do Centro de Distribuição e Peças, em Jundiaí (SP), que na sua primeira fase de ampliação já concluída teve a capacidade de armazenamento aumentada em 117%.

Com a expansão da rede, a Audi fechará 2015 com 50 lojas em todo o Brasil. Recentemente foi inaugurada a décima concessionária no Estado de São Paulo e está nos planos ter presença em todos os estados do Nordeste.

Bodycote Brasimet encerra as atividades no Brasil

08/07/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Nove anos após adquirir a Brasimet, uma das mais tradicionais empresas brasileiras da área de tratamentos térmico e superficial de metais, o grupo inglês Bodycote vai encerrar suas atividades no Brasil. O anúncio foi feito no último dia 30 de junho e o término das operações está previsto para 30 de setembro.

Até lá, a empresa irá apoiar “todos os seus clientes para que consigam fazer a transição de suas necessidades de tratamento térmico e cobertura de PVD para outros fornecedores”.

“É com profunda tristeza que informamos que o Grupo Bodycote tomou a decisão de encerrar suas atividades no Brasil”, informa comunicado assinado por Jorge Rososchansky, country manager da Bodycote Brasimet.

“Após mais de 50 anos operando e oferecendo serviços aos nossos clientes, a decisão de encerrar as atividades foi tomada depois de considerar e explorar todas as alternativas. A

conclusão foi a de que não há volume de negócios suficientes para manter esta operação viável”.

Fundada em 1942 (foi adquirida pelo grupo inglês em 2006), a Brasimet atuava na prestação de serviços de tratamentos térmicos e superficiais de metais, revestimentos de materiais pelo processo PVD, brasagem, entre outros. Atualmente, mantinha quatro unidades industriais, localizadas em Campinas (SP), Jundiaí (SP) Joinville (SC) e São Leopoldo (RS).

Produção de motocicletas registra queda de 9,5% no primeiro semestre

08/07/2015 - Fonte: Agência Brasil



A produção de motocicletas no primeiro semestre do ano caiu 9,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. De acordo com dados divulgados hoje (8) pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), de janeiro a junho deste ano foram fabricadas 699.461 unidades. De janeiro a junho de 2014, foram 772.943 unidades.

Este é o menor patamar em produção nos últimos dez anos. As vendas no atacado (para concessionárias) chegaram a 659.063 unidades, 8% a menos que no ano passado (716.730), consideradas as menores dos últimos nove anos.

Os licenciamentos alcançaram 641.700 motos no primeiro semestre de 2015, recuo de 10,6% ante as 717.618 vendidas no mesmo período de 2014. As exportações caíram 59,8%, com a comercialização de 18.241 unidades para o mercado externo. No primeiro semestre do ano passado, foram exportadas 45.419 motocicletas.

Na comparação de junho com maio, a produção atingiu 116.933 motocicletas, representando queda de 2% e alta de 50,3% ante o mesmo mês do ano passado, período impactado pelas férias coletivas por causa da Copa do Mundo.

As vendas para concessionárias chegaram a 101.025 unidades em junho, 8,2% a menos que o comercializado em maio (110.026) e 25,9% a mais que junho do ano passado.

Em junho, os emplacamentos aumentaram 4% na comparação com maio, com 101.102 motocicletas emplacadas. Em relação a junho do ano passado, ocorreu queda de 2,7%.

No período, as exportações totalizaram 5.476 motocicletas, quase o dobro das 3.653 de maio (alta de 49,9%). Na comparação com junho do ano passado, registrou-se expansão de 13,1%

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, os empregos em maio (número disponíveis) chegaram a 16.622, abaixo dos quase 18 mil empregos oferecidos no fim de 2014.

“Em 2014, cada trabalhador produziu 85 motos. Esse número já chegou a pouco mais de 100. Isso demonstra que as indústrias em Manaus tentam cumprir o papel social de manter a empregabilidade do segmento. É um esforço muito difícil para o setor sustentar, a menos que o mercado tenha reação mais efetiva”, alertou Fermanian.

Ele ressaltou que as previsões para 2015 são de queda de 6,8% na produção, de 4,9% nas vendas no atacado e de 4,5% no varejo. As exportações devem recuar 20,5%.

Segundo ele, por enquanto a Abraciclo não reverá os números, porque há dois meses ocorreu uma redução nas projeções. Acrescentou que a esperança é que o segundo semestre seja melhor.

“A decisão de corte de produção é significativa, porque envolve toda uma cadeia produtiva. É difícil tomar esse tipo de decisão sob a ótica de um período curto. A indústria deverá se posicionar de acordo com os números dos meses seguintes.

A meta anterior à revisão de dois meses era alcançar os mesmos números de 2014. Foi dolorido ter de cortar a produção e ajustar o mercado.”

Para Fermanian, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) anunciado pela presidenta Dilma Rousseff segunda-feira (6) é uma medida positiva, porque pode ajudar o setor industrial.

“Esperamos que isso se estenda para as motocicletas. A iniciativa só será efetiva para o segmento se a leitura do setor em relação à queda de demanda mostrar que ela é passageira. Se a crise for duradoura, ao adotá-la estaremos protelando uma situação ainda mais crítica no futuro”, esclareceu.

O presidente da Abraciclo explicou que a decisão de adotar o PPE será de cada fabricante, que deverá refletir sobre as vantagens para sua marca. Ele destacou que as medidas atuais adotadas para conter a produção excedente estão na mesma linha de anos anteriores.

“Temos as férias coletivas normais para este período do ano. Nenhuma medida diferente foi efetivada ainda. A redução do quadro funcional desde o fim do ano passado ocorreu pela própria rotatividade dos funcionários.”

Marcos Fermanian afirmou que o estoque de motocicletas nesse período de férias coletivas é suficiente para suprir a demanda de mercado e ajustar a diferença entre produção e vendas.

“Com as férias coletivas, teremos desabastecimento das concessionárias, mas isso será apenas um ajuste e será retomado com a volta do fornecimento normal. O mercado tem de reagir para suportar a volta à normalidade”, concluiu.

Tigre demite 207 funcionários em quatro unidades da empresa

08/07/2015 - Fonte: Click RBS



Em Joinville, indústrias de peso estão tomando medidas para manter o quadro de funcionários, como banco de horas e redução de jornada, mas não têm conseguido evitar desligamentos. Nos últimos dois anos, a Whirlpool fechou 1,2 mil postos de trabalho na cidade.

Nesta terça-feira, foi a vez do setor do plástico. O Grupo Tigre, líder nacional no segmento de tubos e conexões em PVC, confirmou a demissão de 207 funcionários em quatro das 23 unidades fabris. São 99 demitidos só em Joinville.

A empresa vai conceder férias coletivas de 20 dias para 165 funcionários da unidade de Camaçari (BA), a partir de 13 de julho, e de 20 dias para 96 funcionários da unidade de Indaiatuba (SP), a partir de 20 de julho.

Em comunicado, o grupo justifica a medida como consequência do baixo desempenho da economia brasileira, que tem afetado o ambiente de negócios local, e reforça que está trabalhando com todas as medidas possíveis para minimizar os impactos decorrentes desse momento. Todas as fábricas continuarão a produzir com a máxima qualidade e eficiência, diz o posicionamento.

— Esta medida se tornou necessária para assegurar o equilíbrio neste período turbulento. A empresa fez todos os esforços, com iniciativas de redução de custos, eliminando gargalos e negociando com fornecedores. Porém, como a economia do País não está reagindo, a empresa precisou tomar medidas mais duras para manter sua saúde financeira e outros milhares de empregos — afirma José Renato Domingues, diretor de recursos humanos do Grupo Tigre.

PARANÁ – Decreto nº 1.817/2015 – Importações por Aeroportos e Portos de Paranaguá e Antonina

08/07/2015 - Fonte: Gaia,Silva, Gaede&Associados

No dia seguinte à publicação do Decreto nº 1.790 (06/07/2015), através do qual o Governo do Estado do Paraná suprimiu do § 1º do art. 615 do RICMS/PR, o crédito presumido de ICMS das importações realizadas pelos Portos de Paranaguá e Antonina, Aeroportos Paranaenses e por Rodovias, foi publicado o Decreto nº 1.817/2015 (07/07/2015), para acrescentar o item 46-A ao Anexo III do RICMS/PR e reestabelecer o crédito presumido de ICMS de 6% nas importações por meio dos PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA e de aeroportos paranaenses, de matéria-prima, material intermediário ou secundário, inclusive material de embalagem, promovida por estabelecimento industrial.

O crédito presumido será lançado, no período em que ocorrer a respectiva entrada diretamente no livro de Registro de Apuração de ICMS – RAICMS no campo “Outros Créditos”, consignando a expressão “Crédito Presumido – item 46-A do Anexo III do RICMS”.

O benefício antes previsto no art. 615, § 1º, da parte geral passa agora a constar no item 46-A do Anexo III do RICMS/PR, devendo o contribuinte observar as hipóteses de vedações ao aproveitamento do referido crédito trazidas pelo Decreto nº 1.817/2015.

Com a inclusão do item 46-B no Anexo III do RICMS/PR, o Decreto reestabeleceu também o benefício do crédito presumido de ICMS aos estabelecimentos comerciais que realizarem a importação por meio dos Portos de Paranaguá e de Antonina e de Aeroportos Paranaenses, de cartuchos de tinta (NCM 8443.99.23), cilindros (NCM 8443.99.32), cartuchos de toner (NCM 8443.99.33) e chip (NCM 8542.39.91), relacionados em lista editada pela Camex para os fins da Resolução do Senado Federal n. 13/2012, correspondente a 5% sobre o valor da base de cálculo da operação de importação, e que resulte em carga tributária mínima de 7%.

Por fim, através da inclusão do item 46-C no Anexo III do RICMS/PR foi reestabelecido o benefício do crédito presumido de ICMS aos estabelecimentos comerciais que realizarem a importação de pneus por meio dos Portos de Paranaguá e de Antonina e de Aeroportos Paranaenses, correspondente a:

- 50% do valor do imposto devido, até o limite máximo de 6% sobre o valor da operação de saída, e que resulte em carga tributária mínima de 6%; e
- 25% do valor do imposto devido, até o limite máximo de 1% sobre o valor da operação de saída interestadual sujeita à alíquota de 4%, e que resulte em carga tributária mínima de 3%.
- Vale destacar que, em que pese o Decreto nº 1.817 tenha sido publicado em 07/07/2015 produz efeitos a partir de 11 de março de 2015.